



Janeiro
2019

Resultado do
Tesouro Nacional

Brasília, 27 de fevereiro de 2019

Resultado Fiscal do Governo Central

Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Janeiro		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	156.156	160.970	3,1%	-0,7%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	19.956	23.921	19,9%	15,5%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	136.200	137.049	0,6%	-3,0%
IV. DESPESA TOTAL	105.357	106.811	1,4%	-2,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	30.842	30.238	-2,0%	-5,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	45.542	44.031	-3,3%	-6,8%
Previdência Social (RGPS)	-14.700	-13.792	-6,2%	-9,6%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	5,6%	5,1%	-	-

Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	45.715	43.976	-3,8%	-7,3%
Resultado do Banco Central	-173	54	-	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-14.700	-13.792	-6,2%	-9,6%

Em janeiro de 2019, o superávit primário foi de R\$ 30,2 bilhões, frente a superávit de R\$ 30,8 bilhões em janeiro de 2018 (valores nominais).

Em valores reais:

- Jan/18: superávit de R\$ 32,0 bi
- Jan/19: superávit de R\$ 30,2 bi

Destaque-se a arrecadação de R\$ 8,2 bi com PRT/PERT e parcelamento da dívida ativa em 2018, contra R\$ 480 milhões em 2019.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
 Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de jan/19 – IPCA

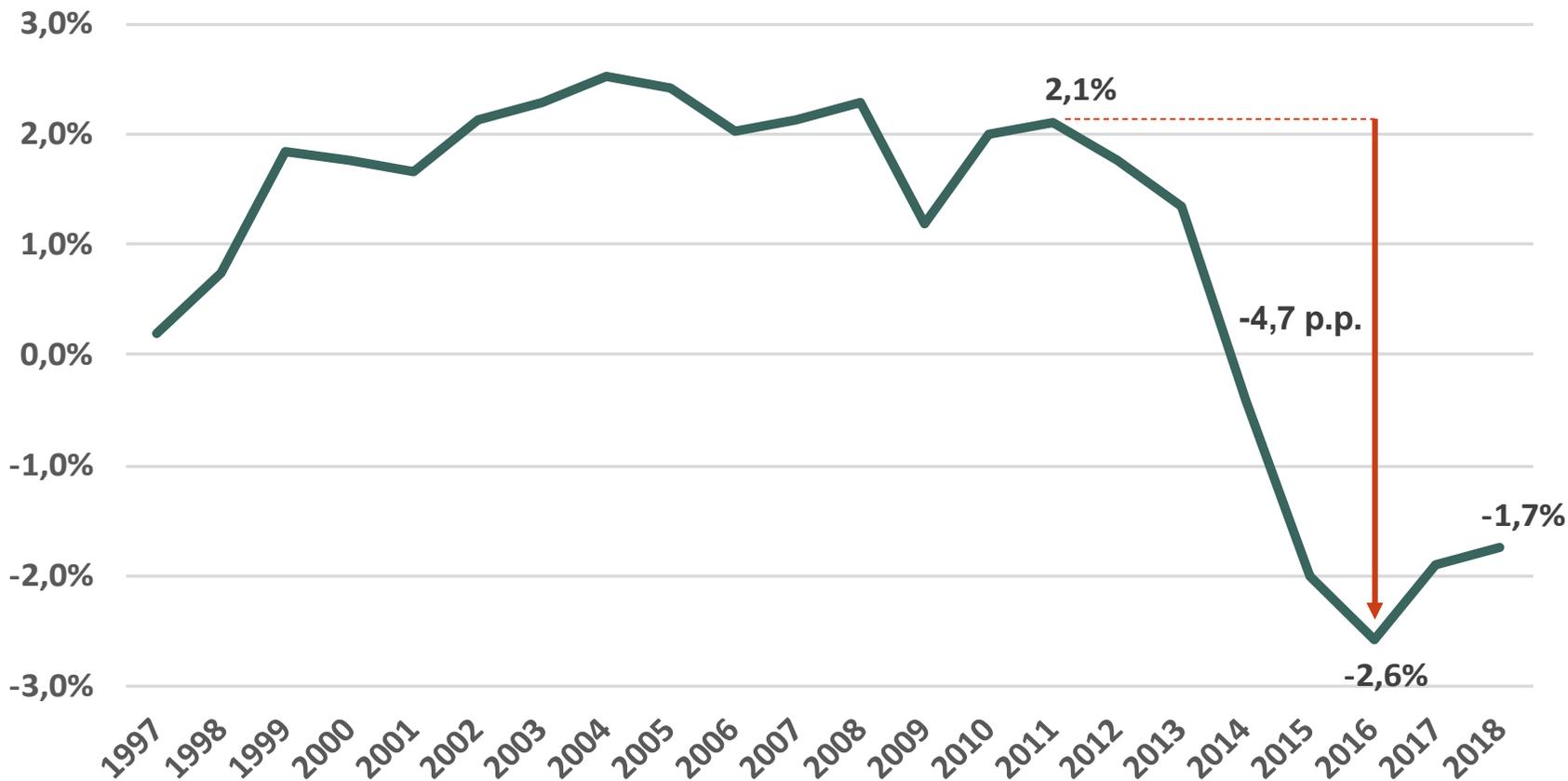


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses alcançou **déficit de R\$ 123,2 bi**, equivalente a **1,75% do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2018 é **déficit de R\$ 139,0 bi**, equivalente a **1,88% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Componentes Brasil – 1997/2019 – % PIB



A deterioração fiscal refletida na **queda do resultado primário de 4,7 p.p.** entre 2011 e 2016 pode ser decomposta em:

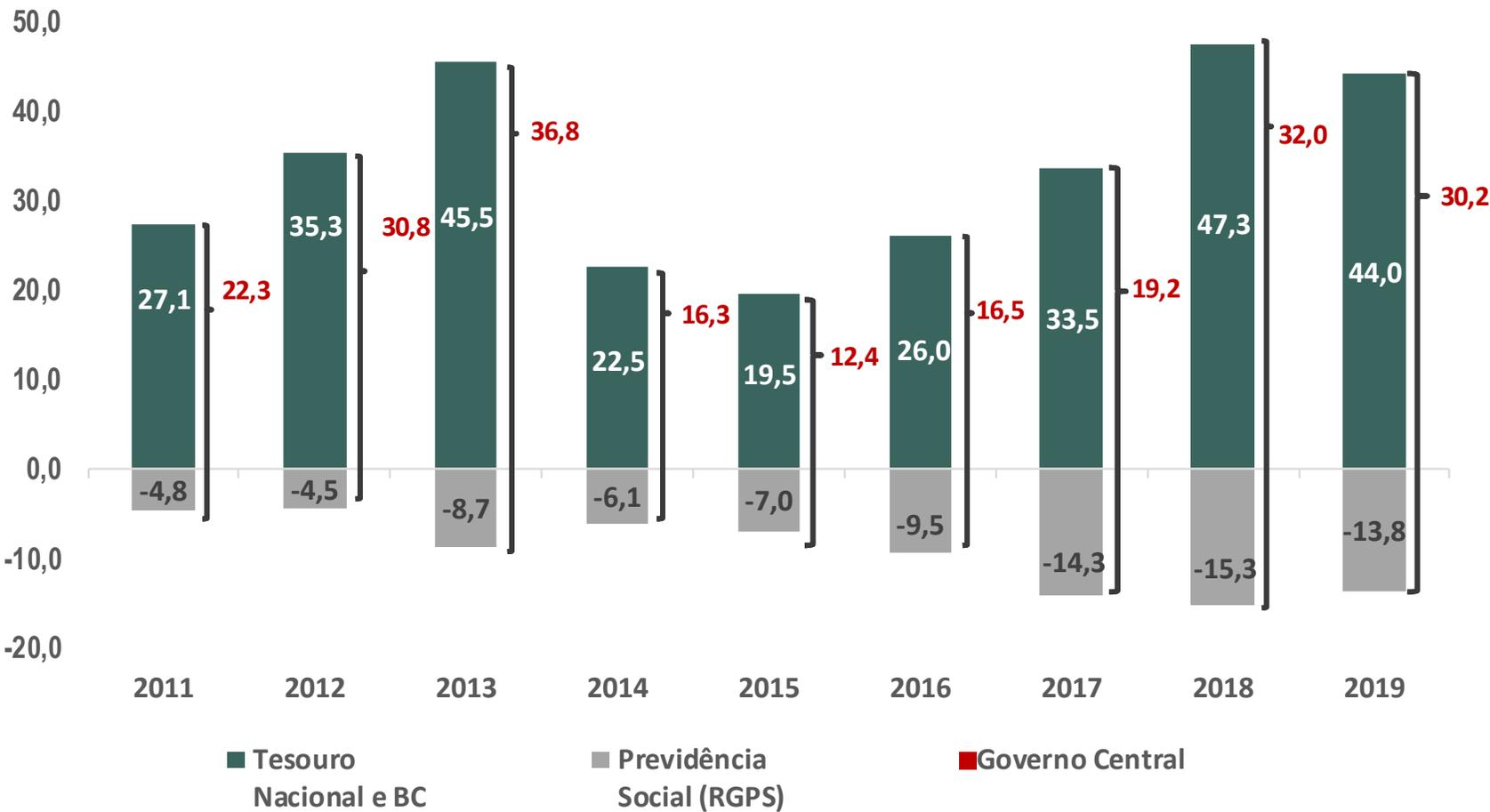
- Aumento de **3,2 p.p. da despesa**; e
- Queda de **1,5 p.p. da receita líquida**.

Ou seja, o aumento da despesa responde por pouco mais de 2/3 da deterioração fiscal.

Por outro lado, na recente recuperação fiscal de **0,8 p.p.** entre 2016 e 2018 a **receita líquida** contribuiu em **0,5 p.p.** e o esforço de contenção das despesas em **0,3 p.p.**

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano - Componentes Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de jan/19 - IPCA

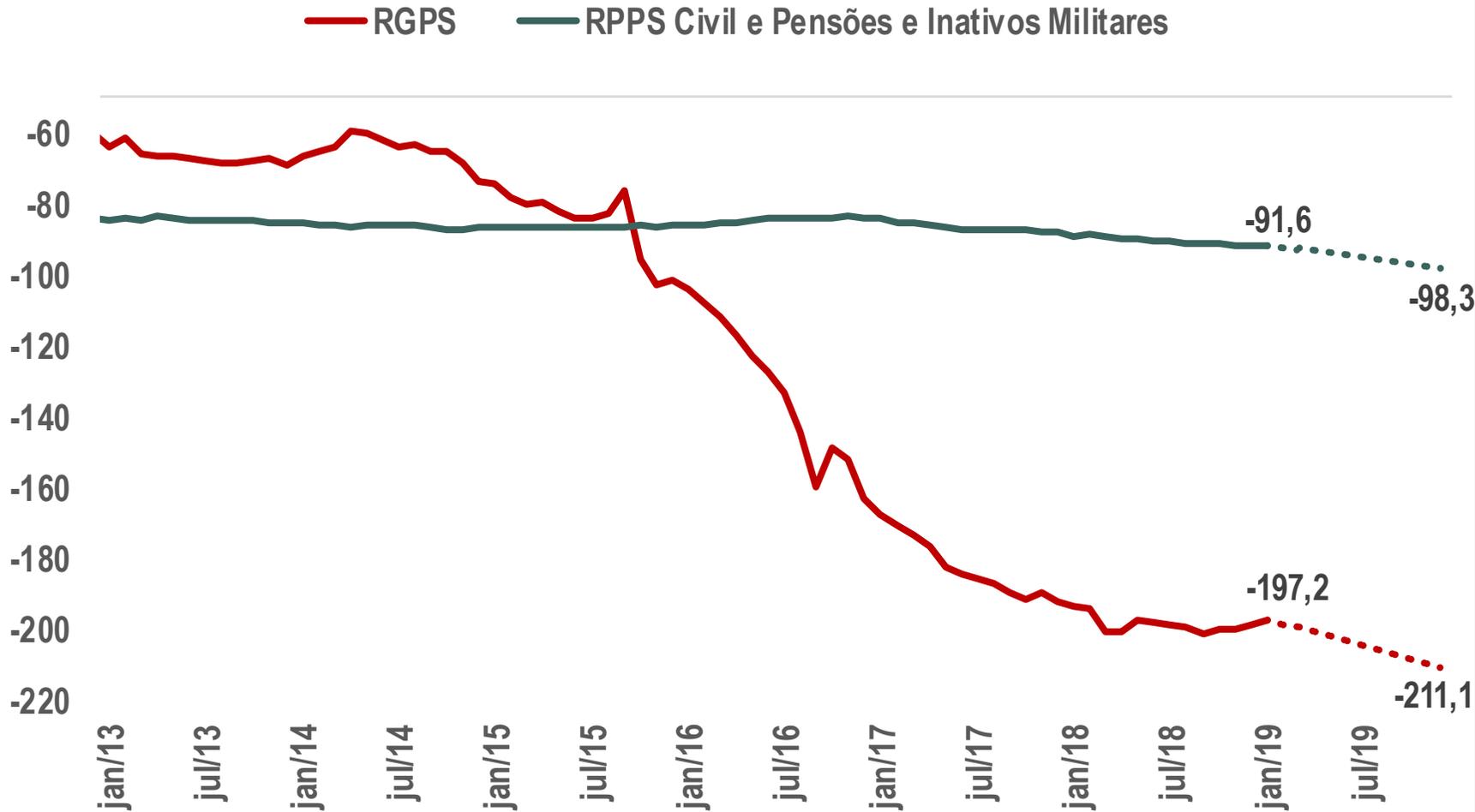


Em janeiro de 2019 a **previdência social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 13,8 bilhões** enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram **superavitários em R\$ 44,0 bilhões**.

Os déficits crescentes e acentuados na previdência têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões e Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil, e Pensões e Inativos Militares * -
 Acumulado em 12 meses
 Brasil – 2013/2019 – R\$ Bilhões – A preços de jan/19 - IPCA



Total do déficit
RGPS + RPPS = R\$ 288,8 bi no Governo Central no acumulado em 12 meses até janeiro de 2019.

Projeta-se que ao final de 2019 o déficit dos dois regimes será **R\$ 309,4 bi** a preços de jan/19 – IPCA.

* Inclui FCDF.

Resultado do RPPS Civil, e Pensões e Inativos Militares

Resultado do RPPS Civil, e Pensões e Inativos Militares - Anual
Brasil – 2017/2018 – R\$ Milhões – A preços de jan/19 - IPCA

Resultado do RPPS Civil, e Pensões e Inativos Militares* - Brasil - 2017/2018 - R\$ Milhões - Valores de jan/19				
Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	37.586,5	36.388,0	-1.198,6	-3,2%
Contribuição dos segurados	16.667,7	16.336,3	-331,4	-2,0%
Pessoal Civil	14.375,6	13.934,9	-440,7	-3,1%
Pensões Militares	2.292,1	2.401,4	109,3	4,8%
Contribuição Patronal e Outras Receitas	20.918,9	20.051,7	-867,2	-4,1%
DESPESA	125.739,9	127.968,6	2.228,8	1,8%
Pessoal Civil	82.452,5	81.159,2	-1.293,3	-1,6%
Aposentadorias	57.320,4	57.787,7	467,3	0,8%
Pensões e Outros Benefícios	25.132,1	23.371,5	-1.760,6	-7,0%
Militares	43.287,4	46.809,4	3.522,0	8,1%
Reformas e Reserva	23.068,7	24.691,4	1.622,7	7,0%
Pensões e Outros Benefícios	20.218,7	22.118,0	1.899,3	9,4%
RESULTADO	-88.153,3	-91.580,7	-3.427,3	3,9%
Resultado do RPPS Civil	-47.158,0	-47.172,7	-14,6	0,0%
Resultado de Pensões e Inativos Militares	-40.995,3	-44.408,0	-3.412,7	8,3%

Em 2018, o déficit do RPPS Federal foi de R\$ 91,6 bilhões, implicando deterioração real de 3,9%.

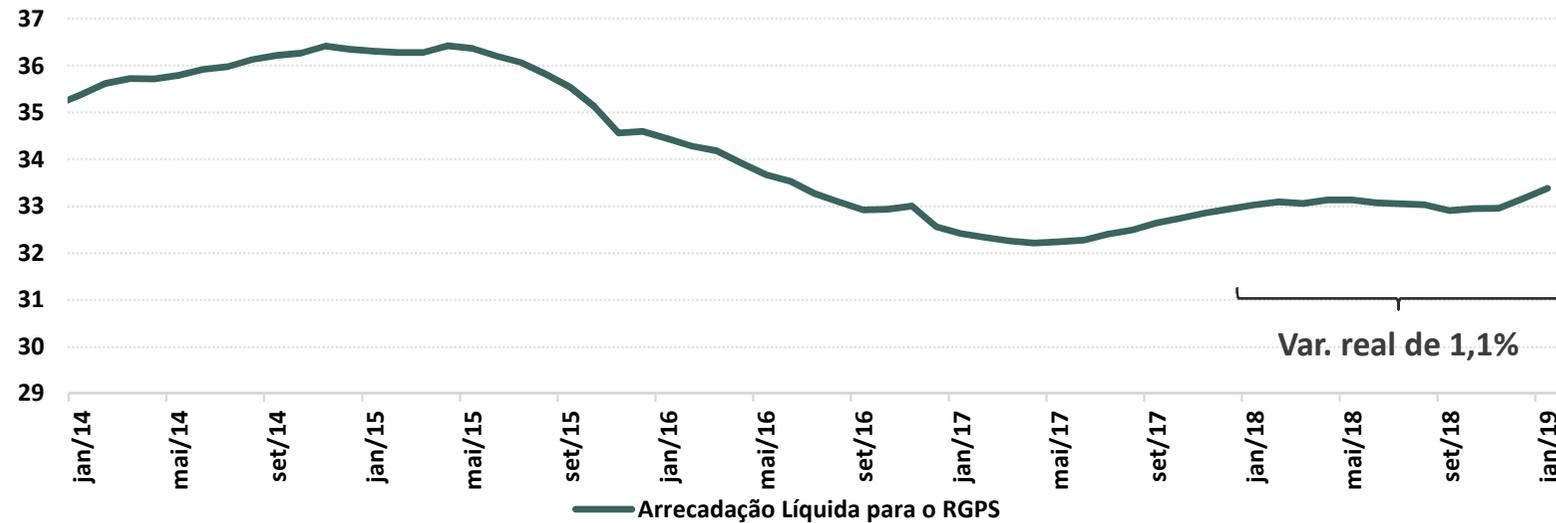
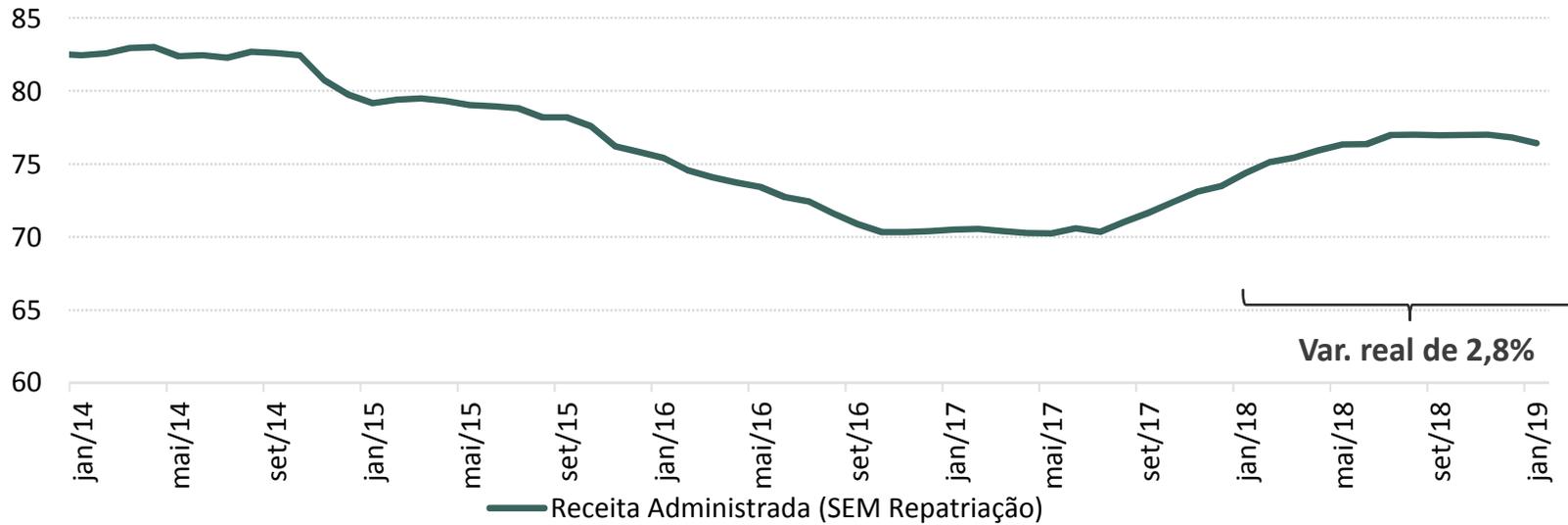
As despesas totais do RPPS Federal superam as receitas líquidas em 3,5 vezes.

* Apuração pelo critério "valor pago". Para dez/18 foram utilizadas liquidações totais. Não inclui FCDF.

Resultado Fiscal do Governo Central

Receitas Administradas e Arrecadação para o RGPS

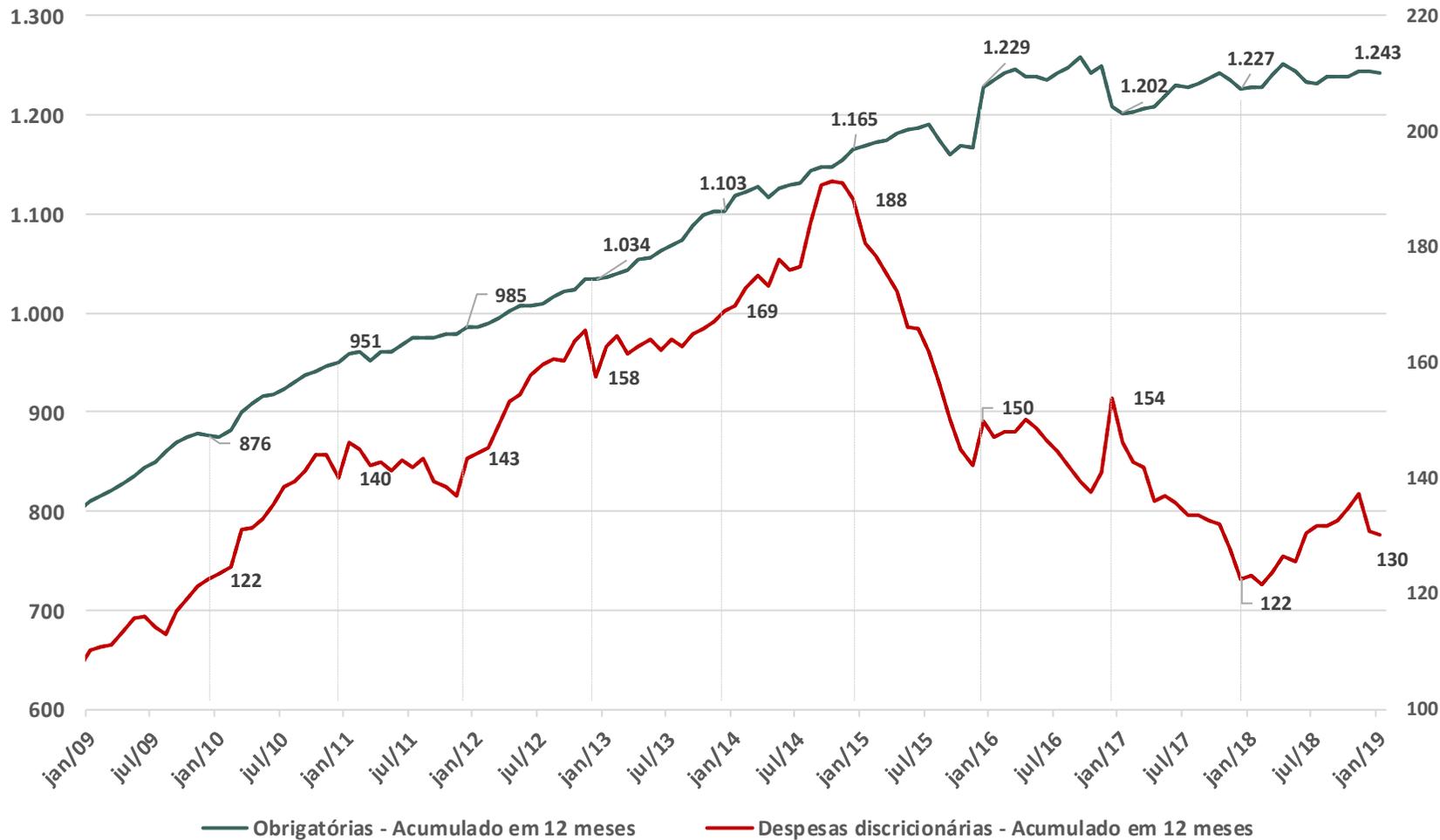
Receita Administrada pela RFB e Arrecadação RGPS
 Média Móvel 12 meses – R\$ Bilhões – A preços de jan/19 - IPCA



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** e da **arrecadação líquida para o RGPS** mostram ganho real.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
 Brasil - 2009 a 2019: R\$ Bilhões – A preços de jan/19 - IPCA

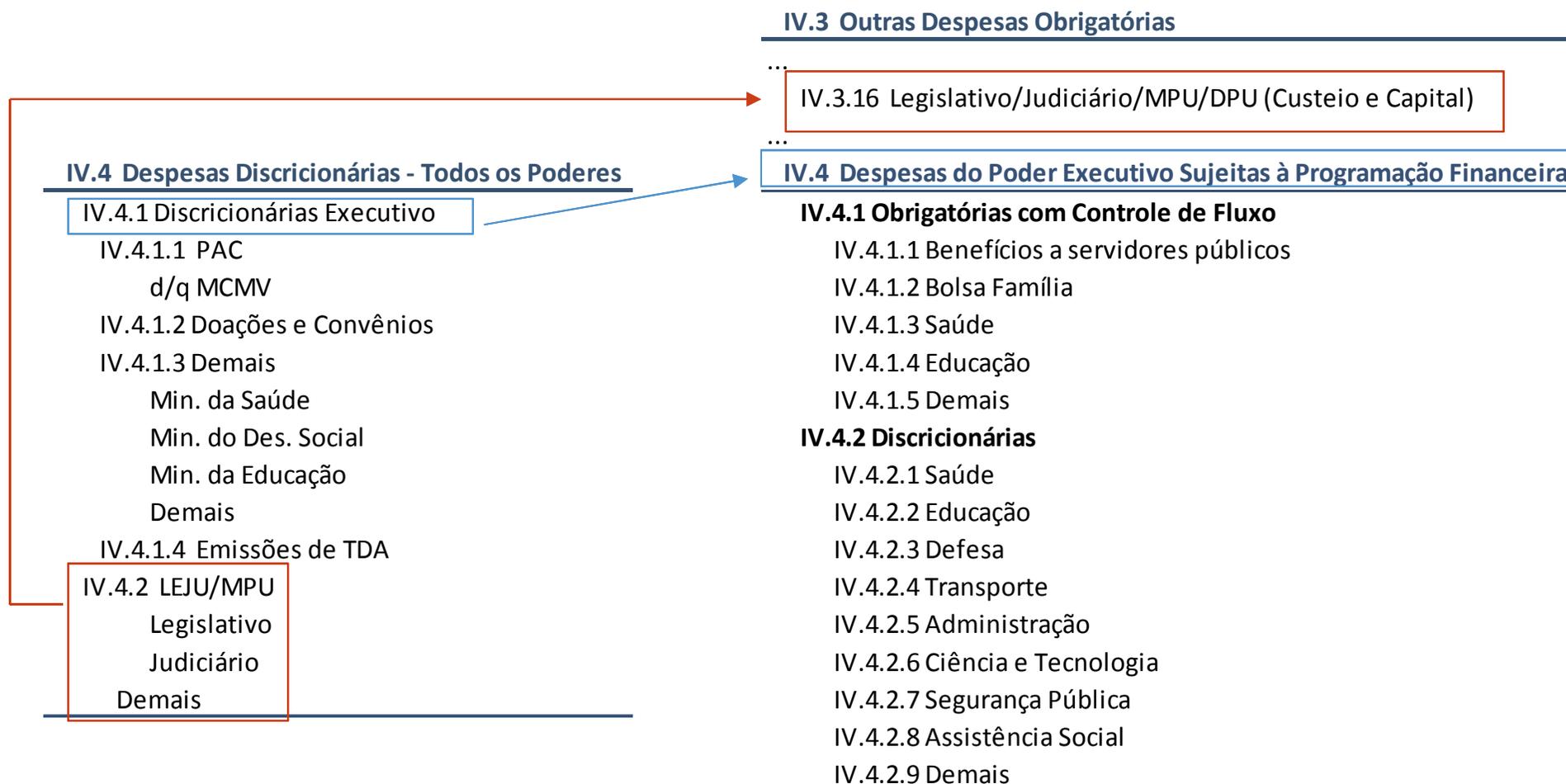


O crescimento persistente das despesas obrigatórias implicou retorno do patamar das despesas discricionárias aos níveis de 2010 (em termos reais).

* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010.

Fonte: Tesouro Nacional

Mudança na Estrutura das Despesas



Para facilitar a comunicação com a sociedade, STN e SOF estão conciliando a estrutura dos principais documentos de acompanhamento orçamentário-financeiro (PLOA, RTN, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias e Relatório de Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais).

Despesas do Executivo Sujeitas à Programação Financeira Obrigatórias com Controle de Fluxo

Brasil – 2010/2018

A preços de jan/19 - IPCA – R\$ Bilhões

Obrigatórias com Controle de Fluxo - Brasil - 2018/2019

Discriminação	2010	2018	Variação	
			Diferença	% Real (IPCA)
Obrigatórias com Controle de Fluxo	108,7	139,6	30,8	28,4%
Benefícios a servidores públicos	7,4	13,4	6,0	81,5%
Bolsa Família	22,2	30,9	8,7	39,1%
Saúde	69,8	83,7	13,9	19,9%
Educação	7,3	6,6	-0,7	-10,0%
Demais	2,0	5,0	3,0	147,7%

De 2010 a 2018, as **despesas obrigatórias com controle de fluxo** apresentaram **crescimento real de R\$ 30,8 bi (28,4%)**.

As principais despesas em 2018 foram:

- **Saúde (R\$ 83,7 bi):** Atenção básica, procedimentos em média e alta complexidade, assistência farmacêutica e vigilância sanitária;
- **Bolsa Família (R\$ 30,9 bi);**
- **Benefícios a servidores (R\$ 13,4 bi):** auxílio alimentação, transporte, creche, etc.
- **Educação (R\$ 6,6 bi):** Alimentação e transporte escolar e dinheiro direto na escola.

Despesas do Executivo Sujeitas à Programação Financeira Discricionárias

Brasil – 2010/2018

A preços de jan/19 - IPCA – R\$ Bilhões

Despesas Discricionárias do Poder Executivo - Brasil - 2018/2019				
Discriminação	2010	2018	Variação	
			Diferença	% Real (IPCA)
Discricionárias*	140,0	130,8	-9,2	-6,6%
Saúde	14,1	29,8	15,8	112,1%
Educação	21,7	25,5	3,7	17,0%
Defesa	17,4	15,5	-1,9	-10,9%
Transporte	23,2	10,9	-12,2	-52,8%
Administração	9,6	8,0	-1,6	-17,0%
Ciência e Tecnologia	7,1	4,3	-2,8	-39,6%
Segurança Pública	3,9	3,6	-0,3	-8,7%
Assistência Social	4,9	3,4	-1,6	-31,6%
Demais	38,0	29,8	-8,2	-21,6%

* Desconsidera capitalização da Petrobrás ocorrida em setembro/2010

Em 2018, as **despesas discricionárias atingiram R\$ 130,8 bilhões**, o que **representa redução real de R\$ 9,2 bi (6,6%)** na comparação com 2010.

Houve diminuição em praticamente todas as funções, particularmente em **Transporte (R\$ 12,2 bi)**. No sentido contrário, houve **elevação das discricionárias de saúde (R\$ 15,8 bi) e educação (R\$ 3,7 bi)**.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2018/2019 – A preços de jan/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	109.336,3	106.811,1	-2.525,2	-2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	45.004,0	46.110,3	1.106,3	2,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	35.424,5	36.474,3	1.049,8	3,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.579,4	9.636,0	56,6	0,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.582,2	26.089,8	-492,4	-1,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	22.692,0	21.632,4	-1.059,6	-4,7%
Abono e Seguro Desemprego	5.726,2	5.839,4	113,2	2,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.693,3	4.806,9	113,6	2,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	480,4	474,9	-5,5	-1,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	13,4	942,0	928,6	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	923,7	1.007,0	83,3	9,0%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	3.026,0	3.142,4	116,4	3,8%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	87,9	127,2	39,3	44,7%
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.273,3	4.672,4	-1.600,9	-25,5%
Impacto Primário do FIES	290,2	-39,3	-329,6	-
Demais	1.177,5	659,5	-518,0	-44,0%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	15.058,1	12.978,6	-2.079,5	-13,8%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.277,4	8.755,5	-1.521,8	-14,8%
Discricionárias	4.780,7	4.223,1	-557,7	-11,7%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	21.018,2	19.280,5	-1.737,7	-8,3%
Outras Despesas de Custeio	19.472,8	17.970,1	-1.502,7	-7,7%
Outras Despesas de Capital	1.545,4	1.310,4	-235,0	-15,2%

Em janeiro de 2019 a despesa total ficou R\$ 2,5 bilhões (2,3%) inferior a 2018. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários (+R\$ 1,1 bi);
- Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 492,4 milhões);
- Crédito Extraordinário (Diesel) (+R\$ 928,6 milhões);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 1,6 bi);
- Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 1,5 bi); e
- Discricionárias (- R\$ 557,7 milhões).

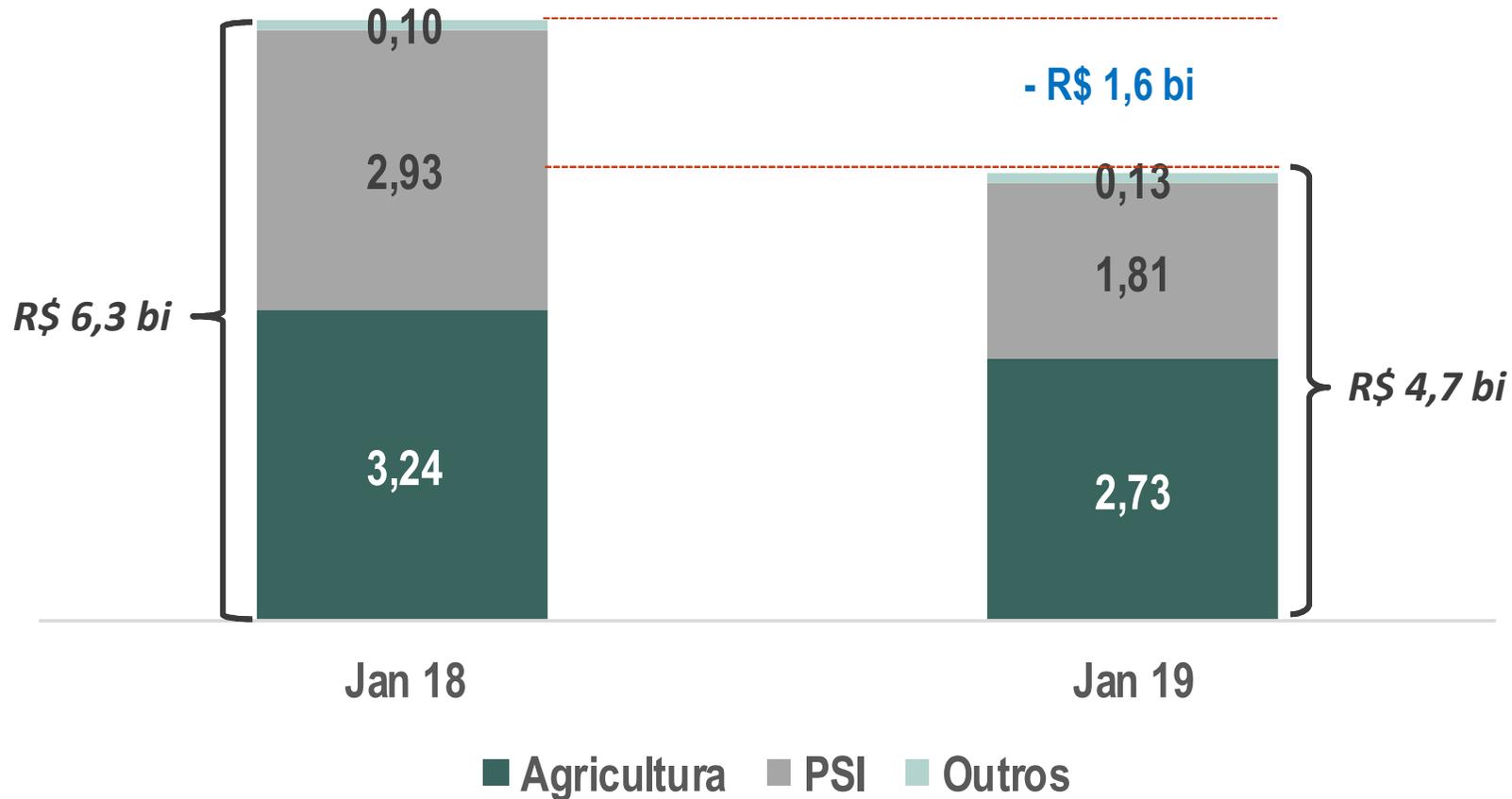
* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções e econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Janeiro – 2018/2019 –

Subsídios e Subvenções e Proagro - A preços de jan/19 - IPCA – R\$ Bilhões



PSI e políticas relacionadas à agricultura respondem pela **redução nas despesas com subsídios e subvenções**.

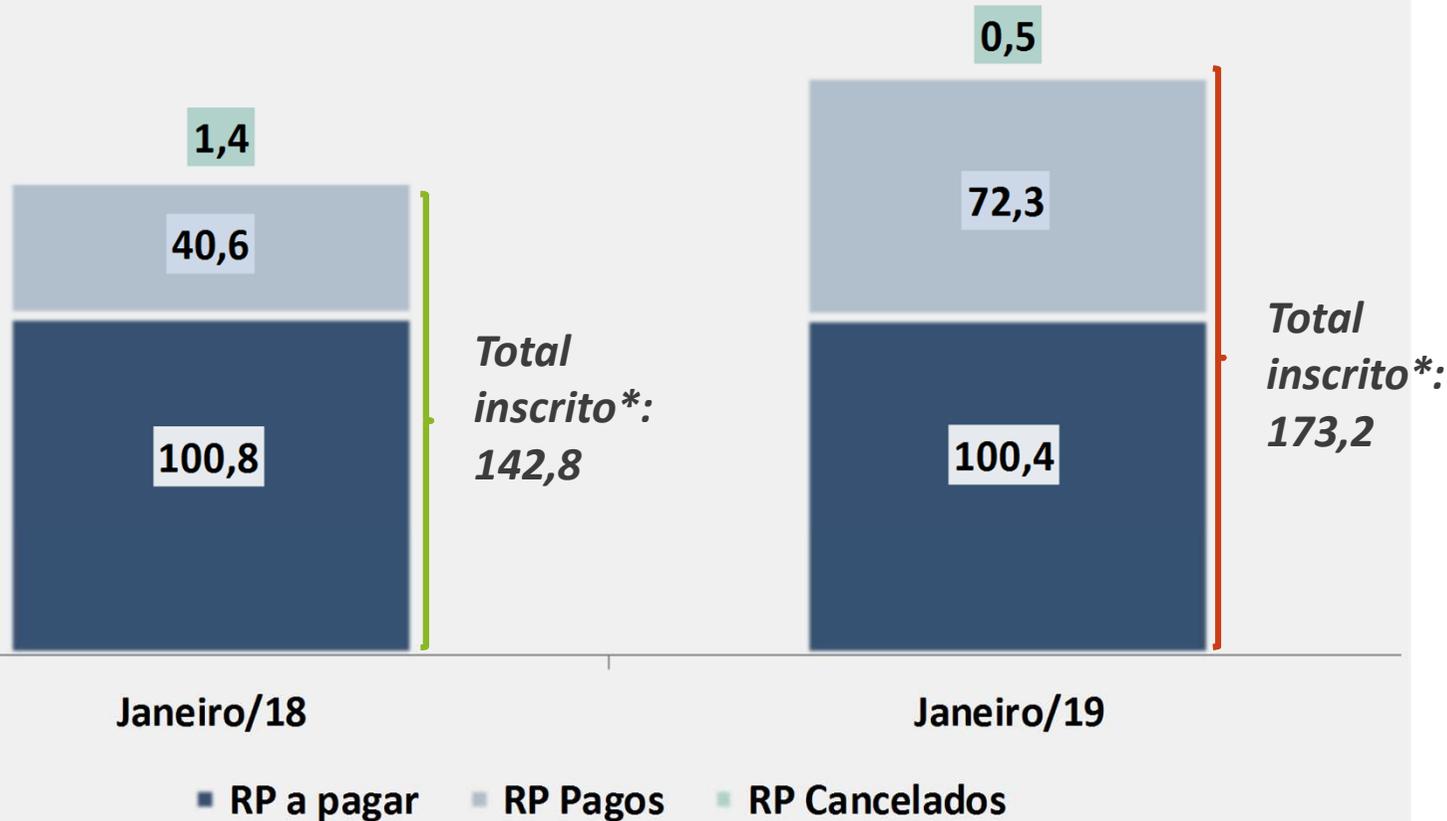
Essa **redução**, que ocorre desde 2016, é resultado do **esforço pela racionalização** nos gastos com **subsídios**, realçando a **efetividade** da política de crédito rural.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2018/2019 - R\$ bilhões - Valores Correntes

Gráfico 1. Execução de Restos a Pagar (exceto financeiro)
2018/2019 - R\$ Bilhões



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) em janeiro de 2019 correspondeu a **R\$ 72,3 bilhões**, contra **R\$ 40,6 bilhões** no mesmo mês do ano anterior.

Essa elevação de R\$ 31,7 bi foi influenciada pela mudança na sistemática de pagamento de despesas após a emissão da ordem bancária (OB). Essa alteração elevou o estoque de RAP de 2019 em R\$ 34,0 bi, montante que foi pago em janeiro.

O estoque atual de RAP a pagar totaliza R\$ 100,4 bilhões, muito próximo ao estoque de R\$ 100,8 bi em janeiro de 2018.

* Exclui Restos a Pagar Financeiros que, conforme divulgado no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar divulgado em janeiro de 2018 pela STN, sofreram redução de R\$ 5,2 bilhões entre 2017 e 2018. Para informações adicionais ver: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/617267/RAP2018/41def350-93ab-4dbc-8b78-d05d54f5f0fb>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2018

✓ R\$ 1.287.760.568.323,56

Limite para 2019

⚠ R\$ 1.407.052.612.991,00

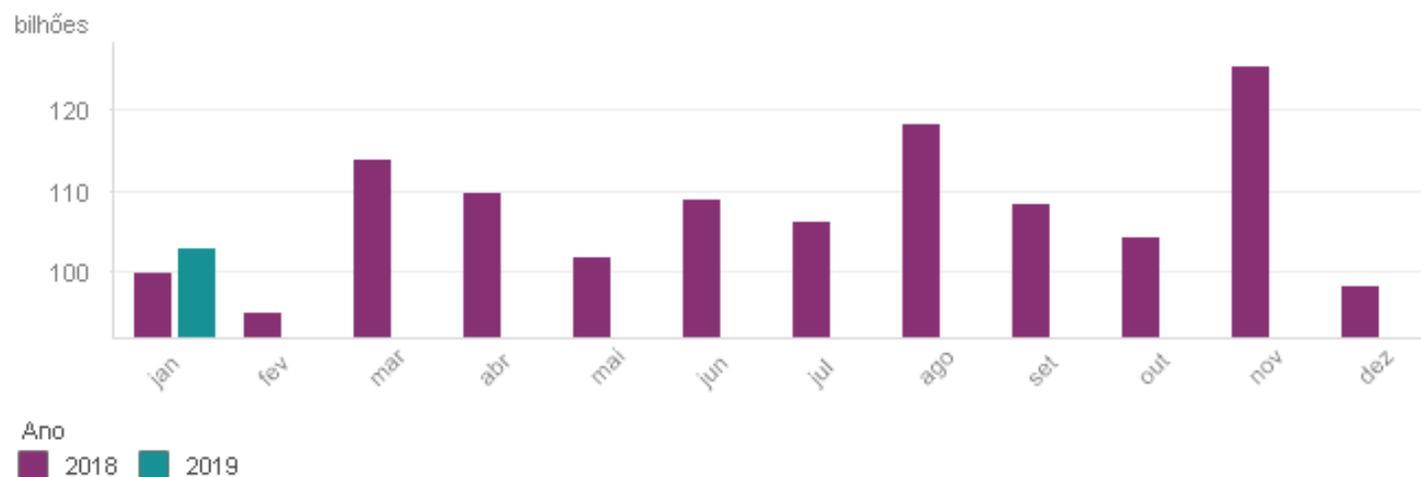
Pagamento acumulado em 2019

✓ R\$ 102.687.219.015,17

% do teto atingido

7,30%

Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Janeiro		Variação Nominal %	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2018	2019		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	99.654	102.687	3,0%	9,3%
II.1 Poder Executivo	94.212	96.802	2,7%	9,3%
II.2 Poder Legislativo	934	990	5,9%	11,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	455	484	6,5%	14,2%
II.2.2 Senado Federal	318	332	4,3%	8,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	161	174	7,7%	9,7%
II.3 Poder Judiciário	3.844	4.156	8,1%	9,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	52	57	9,5%	17,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	122	125	2,6%	10,1%
II.3.3 Justiça Federal	1.067	1.154	8,2%	8,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	33	37	11,2%	7,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	585	594	1,6%	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.729	1.905	10,1%	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	245	272	10,8%	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	11	12	16,4%	38,9%
II.4. Defensoria Pública da União	53	43	-20,3%	11,7%
II.5 Ministério Público da União	611	697	14,2%	5,7%
II.5.1 Ministério Público da União	605	691	14,1%	5,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5	6	22,4%	20,8%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento em 2019, na comparação com 2018, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **execução e o limite em 2018** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2019**.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2019	PLOA 2019 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	102.687	1.407.053	7,3%
II.1 Poder Executivo	96.802	1.343.213	7,2%
II.2 Poder Legislativo	990	12.419	8,0%
II.2.1 Câmara dos Deputados	484	6.040	8,0%
II.2.2 Senado Federal	332	4.329	7,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	174	2.050	8,5%
II.3 Poder Judiciário	4.156	44.447	9,4%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	57	701	8,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	125	1.494	8,4%
II.3.3 Justiça Federal	1.154	11.369	10,2%
II.3.4 Justiça Militar da União	37	543	6,9%
II.3.5 Justiça Eleitoral	594	7.486	7,9%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.905	19.963	9,5%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	272	2.669	10,2%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	12	222	5,6%
II.4. Defensoria Pública da União	43	576	7,4%
II.5 Ministério Público da União	697	6.398	10,9%
II.5.1 Ministério Público da União	691	6.307	11,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	6	91	6,8%

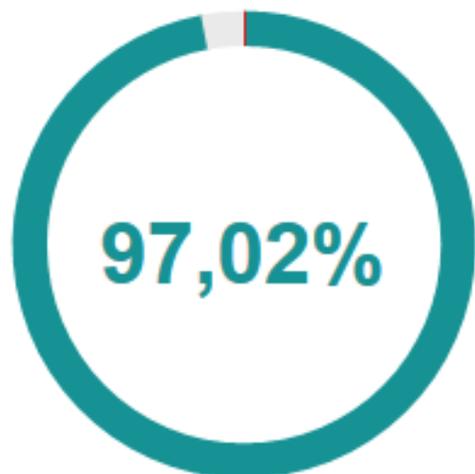
Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Painel da Regra de Ouro da UNIÃO

Selecione o mês
de referência

% da despesa coberta com
receita considerada



Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ 25,65

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

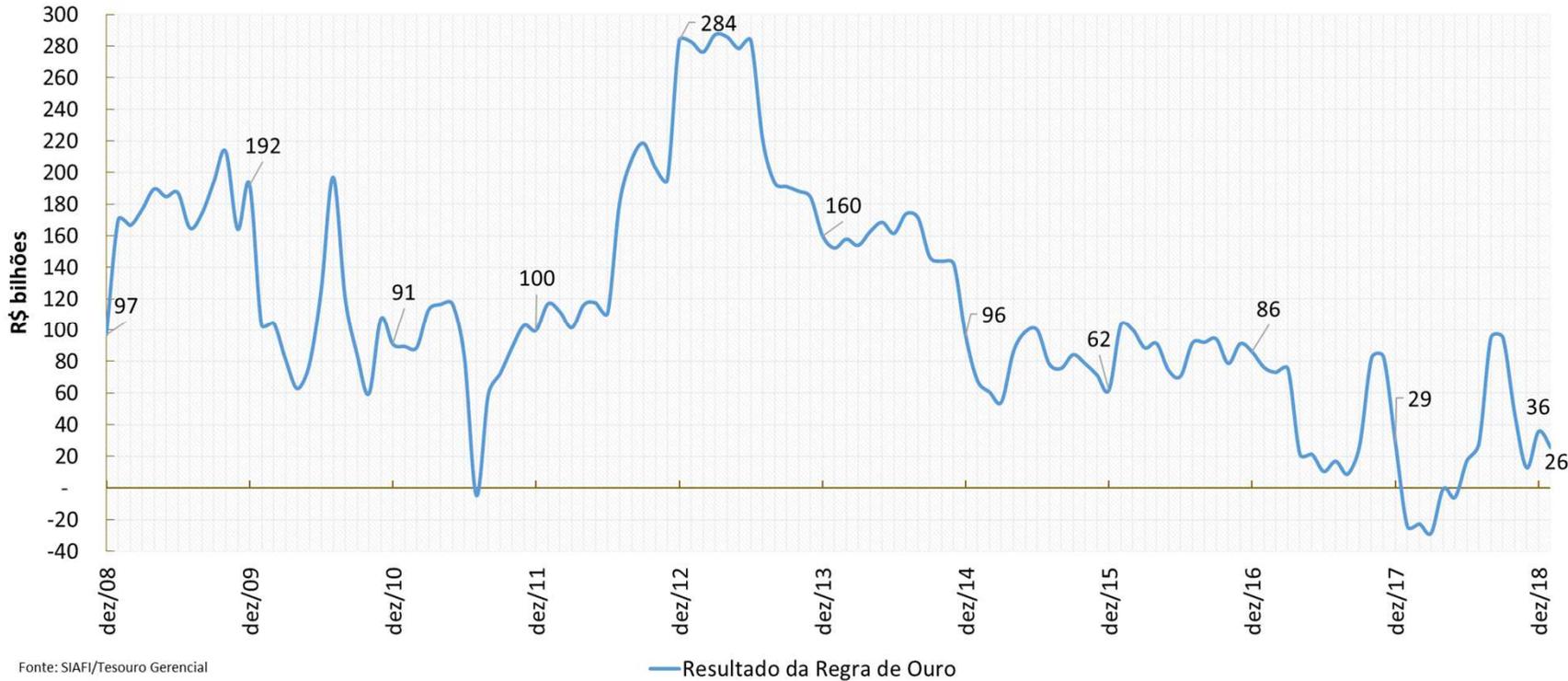
	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	168,65	168,65	860,74
Receita Considerada	245,86	245,86	835,10
Receitas de Operações de Crédito	103,63	103,63	900,18
(-) Variação do colchão da dívida	-142,22	-142,22	65,08
Resultado	-77,21	-77,21	25,65

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2019: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até janeiro/2019, as despesas de capital superaram as receitas de operação de crédito em **R\$ 25,6 bilhões**.

O cumprimento da **Regra de Ouro** é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2019 – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Discriminação	2019
	Cenário Atual
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	1.039,4
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	850,3
Variação de Saldo da sub-conta da Dívida (b)	-189,2
Despesas de Capital (II)	791,7
Investimentos	36,2
Inversões Financeiras	81,8
Amortizações	673,7
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	-247,8
Resultado do Banco Central - Fonte 152 (IV)	141,2
Outras fontes*	12,7
Margem da Regra de Ouro considerando Resultado do BC e Outras Fontes	-93,9

* Fontes: 59 - Retorno de Op. Crédito; 73 - Retorno de Op. Crédito Estados e Municípios; 97 - Dividendos

A **projeção** atual mostra uma **insuficiência de R\$ 93,9 bi** para o cumprimento da Regra de Ouro em 2019.

O governo considera a utilização em 2019 de recursos do resultado do balanço BC do 1º semestre de 2018. Além disso, outras **medidas de equacionamento para assegurar o cumprimento da regra de ouro** em 2019 incluem:

- **Concessões** ainda não consideradas nas projeções fiscais, em particular as relacionadas ao setor de petróleo e gás;
- **Cancelamento de RAPs** (Dec. 9.428 de 2018);
- **Antecipação** do cronograma de pagamento da dívida remanescente do **BNDES**; e
- Otimização de fontes e desvinculação de recursos.



Tesouro Transparente

Visite o portal

*Transparência e dados abertos
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

Acesse os painéis do Teto de Gastos e de Séries Temporais!

www.tesourotransparente.gov.br

Resultado Fiscal do Governo Central

Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Janeiro		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	156.156	160.970	3,1%	-0,7%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	19.956	23.921	19,9%	15,5%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	136.200	137.049	0,6%	-3,0%
IV. DESPESA TOTAL	105.357	106.811	1,4%	-2,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	30.842	30.238	-2,0%	-5,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	45.542	44.031	-3,3%	-6,8%
Previdência Social (RGPS)	-14.700	-13.792	-6,2%	-9,6%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	5,6%	5,1%	-	-

Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	45.715	43.976	-3,8%	-7,3%
Resultado do Banco Central	-173	54	-	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-14.700	-13.792	-6,2%	-9,6%

Em janeiro de 2019, o **superávit primário** foi de **R\$ 30,2 bilhões**, frente a superávit de **R\$ 30,8 bilhões em janeiro de 2018** (valores nominais).

Em valores reais:

- Jan/18: superávit de R\$ 32,0 bi
- Jan/19: superávit de R\$ 30,2 bi

Destaque-se a **arrecadação de R\$ 8,2 bi com PRT/PERT** e parcelamento da dívida ativa em 2018, contra R\$ 480 milhões em 2019.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A preços de janeiro/19 – IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	162.053,1	160.970,3	-1.082,8	-0,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	113.997,5	109.200,7	-4.796,8	-4,2%
Imposto de Importação	3.365,1	3.842,1	477,0	14,2%
IPI	5.468,4	4.189,5	-1.278,9	-23,4%
Imposto sobre a Renda	51.907,3	55.042,8	3.135,6	6,0%
IOF	3.080,9	2.922,2	-158,7	-5,2%
COFINS	24.343,7	20.243,1	-4.100,6	-16,8%
PIS/PASEP	6.683,6	5.622,9	-1.060,7	-15,9%
CSLL	15.743,0	14.726,5	-1.016,6	-6,5%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	475,7	285,5	-190,2	-40,0%
Outras Administradas pela RFB	2.929,9	2.326,3	-603,7	-20,6%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.749,1	32.317,9	2.568,8	8,6%
Urbana	28.931,3	31.715,2	2.783,8	9,6%
Rural	817,7	602,7	-215,0	-26,3%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	18.306,6	19.451,7	1.145,2	6,3%
Concessões e Permissões	439,6	497,2	57,6	13,1%
Dividendos e Participações	3,8	4,2	0,4	11,8%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.064,4	1.049,1	-15,3	-1,4%
Exploração de Recursos Naturais	7.939,2	10.170,2	2.231,0	28,1%
Receitas Próprias e de Convênios	1.119,6	1.580,7	461,1	41,2%
Contribuição do Salário Educação	2.936,7	2.195,2	-741,4	-25,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	480,4	474,9	-5,5	-1,1%
Operações com Ativos	109,4	106,9	-2,4	-2,2%
Demais Receitas	4.213,6	3.373,3	-840,3	-19,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	20.709,7	23.921,2	3.211,4	15,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	141.343,4	137.049,2	-4.294,2	-3,0%

A receita administrada pela RFB, em janeiro de 2019, decresceu R\$ 4,8 bi na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Por outro lado a arrecadação líquida para o RGPS aumentou R\$ 2,6 bi.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2017/2018 – A preços de jan/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	109.336,3	106.811,1	-2.525,2	-2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	45.004,0	46.110,3	1.106,3	2,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	35.424,5	36.474,3	1.049,8	3,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.579,4	9.636,0	56,6	0,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.582,2	26.089,8	-492,4	-1,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	22.692,0	21.632,4	-1.059,6	-4,7%
Abono e Seguro Desemprego	5.726,2	5.839,4	113,2	2,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.693,3	4.806,9	113,6	2,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	480,4	474,9	-5,5	-1,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	13,4	942,0	928,6	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	923,7	1.007,0	83,3	9,0%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	3.026,0	3.142,4	116,4	3,8%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	87,9	127,2	39,3	44,7%
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.273,3	4.672,4	-1.600,9	-25,5%
Impacto Primário do FIES	290,2	-39,3	-329,6	-
Demais	1.177,5	659,5	-518,0	-44,0%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	15.058,1	12.978,6	-2.079,5	-13,8%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.277,4	8.755,5	-1.521,8	-14,8%
Discricionárias	4.780,7	4.223,1	-557,7	-11,7%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	21.018,2	19.280,5	-1.737,7	-8,3%
Outras Despesas de Custeio	19.472,8	17.970,1	-1.502,7	-7,7%
Outras Despesas de Capital	1.545,4	1.310,4	-235,0	-15,2%

Em janeiro de 2019 a despesa total ficou R\$ 2,5 bilhões (2,3%) inferior a 2018. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários (+R\$ 1,1 bi);
- Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 492,4 milhões);
- Crédito Extraordinário (Diesel) (+R\$ 928,6 milhões);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 1,6 bi);
- Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 1,5 bi), concentrada nas despesas com saúde; e
- Discricionárias (- R\$ 557,7 milhões).

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções e econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A preços de janeiro/19 – IPCA – R\$ Milhões

Despesas Discricionárias do Poder Executivo - Brasil - 2018/2019

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
Discricionárias	6.465,1	4.980,5	-1.484,6	-23,0%
Saúde	1.446,1	885,1	-561,1	-38,8%
Educação	979,8	933,3	-46,5	-4,7%
Defesa	349,3	321,3	-28,0	-8,0%
Transporte	439,2	357,5	-81,7	-18,6%
Administração	457,9	258,5	-199,4	-43,6%
Ciência e Tecnologia	70,2	220,5	150,3	214,1%
Segurança Pública	101,4	165,9	64,6	63,7%
Assistência Social	55,7	141,1	85,5	153,5%
Demais	2.565,5	1.697,3	-868,2	-33,8%

Redução real de 23,0% nas despesas discricionárias do Executivo.



Tesouro Transparente

Visite o portal

*Transparência e dados abertos
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

Conheça os novos painéis do Teto de Gastos e de Séries Temporais!

www.tesourotransparente.gov.br